



## *Conselho Nacional de Justiça*

**CONSULTA N.º 0004601-93.2011.2.00.0000**

**RELATOR : CONSELHEIRO JOSÉ LUCIO MUNHOZ**

**REQUERENTE : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**REQUERIDO : CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**ASSUNTO : RESOLUÇÃO 14/CNJ - RESOLUÇÃO 42/CNJ - POSSIBILIDADE -  
SERVIDOR PÚBLICO - APOSENTADO - EXERCÍCIO - CARGO EM  
COMISSÃO PURO - CUMULAÇÃO - PROVENTOS - REMUNERAÇÃO -  
OBEDIÊNCIA - TETO CONSTITUCIONAL.**

**Ementa:** CONSULTA. SERVIDOR APOSENTADO. EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO. TETO CONSTITUCIONAL REMUNERATÓRIO. LIMITAÇÃO.

I – Infere-se do art. 37, inciso XI, da Constituição Federal que o teto remuneratório constitucional possui caráter absoluto. Ainda que permitida a acumulação de cargos, as verbas recebidas pelo exercício de determinadas atividades devem ser somadas para fins de adequação ao limite imposto.

II – Portanto, é possível a cumulação de proventos da inatividade com a remuneração do cargo em comissão puro, limitando-se a remuneração das verbas somadas ao teto constitucional.

III – Excetuam-se da limitação as parcelas de natureza indenizatória.

## RELATÓRIO

Trata-se de Consulta formulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a respeito da possibilidade de cumulação de proventos de aposentadoria de servidor público dos quadros Poder Judiciário com a remuneração de cargo em comissão puro, inclusive como deve ser entendida a sujeição ao teto constitucional.

Descreve inicialmente a necessidade de observância dos dispositivos constitucionais que estabelecem a submissão ao teto remuneratório. Ressalta que a Resolução nº 14 deste Conselho, na esteira da Carta Magna, prevê a vinculação ao referido limite imposto, possibilitando assim a cumulação de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo comissionado, considerando no aspecto a soma das referidas quantias recebidas, entendimento este fixado neste Conselho através do Pedido de Providências nº 1238.

Alega, entretanto, que a regra que determinava a cumulação foi revogada pela Resolução nº 42 do CNJ, razão pela qual existem precedentes no sentido de que mencionadas verbas devem ser entendidas individualmente para fins de submissão ao teto remuneratório constitucional.

Colaciona aos autos Parecer do Procurador-Geral do Estado de São Paulo e decisão do Tribunal de Contas do mesmo estado que expressam o entendimento de ser indevida a somatória dos proventos com os vencimentos do cargo em comissão. Informa, ainda, a existência de posicionamento da Suprema Corte e do Conselho no mesmo sentido.

Sustenta que o Tribunal possui em seu quadro cargos de assistentes jurídicos ocupados por magistrados e membros do Ministério Público aposentados que recebem *“proventos equivalentes ao teto remuneratório constitucional”*. Expõe que na eventualidade de ser considerada a soma dos respectivos valores haverá um desestímulo ao trabalho realizado sem a justa e correspondente contraprestação.

Ao final, redige a consulta nos seguintes termos:

*“No exercício de cargo em comissão puro por servidor público aposentado, deve se considerar, individualmente, para efeito de obediência ao teto remuneratório constitucional, a remuneração daquele e os proventos de aposentadoria?”*

**É o relatório. Passo a Votar.**

Senhores Conselheiros,

De início cumpre consignar que o expediente atende aos requisitos de admissibilidade de que trata o art. 89, do Regimento Interno deste Conselho, devendo ser conhecido.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo pleiteia seja respondida Consulta dirigida a este Conselho no sentido de possibilitar aos servidores públicos aposentados que exercem cargo em comissão puro a aplicação individualizada do teto remuneratório constitucional aos proventos e remunerações recebidos.

Primeiramente insta reconhecer a possibilidade de acumulação de proventos da inatividade com remuneração referente ao exercício de cargo em comissão, este entendido como os declarados em lei de livre nomeação e exoneração, a teor do que dispõe o art. 37, inciso II, *in fine*, da Constituição Federal. É bem verdade que a regra se consolidou pela impossibilidade da acumulação de cargos públicos, no entanto, o § 10, do art. 37 da Carta Constitucional, prevê a exceção aplicável à espécie. Eis o teor do dispositivo constitucional:

“É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, **ressalvados** os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e **os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.**”

Sendo permitida a acumulação do vencimento do cargo em comissão com o provento de aposentadoria, necessária a insursão sobre o questionamento formulado pelo TJSP, de que aludidas verbas devem ou não se sujeitar cumulativamente ao teto remuneratório constitucional.

É cediço que a limitação remuneratória tem o nítido condão de impedir o recebimento de salários exorbitantes, tanto que foi estabelecida a partir de autoridade hierarquicamente superior, ou seja, o parâmetro para a restrição constitucional é o valor do subsídio dos Ministros da Corte Suprema.

A Constituição Federal, no art. 37, inciso XI, reconhece que a remuneração de ocupantes de cargos públicos possa ser recebida cumulativamente com proventos da inatividade, entretanto, fixa a regra de que esses valores somados devem se submeter ao teto

estipendial. Vejamos:

**“A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (...)”**

Infere-se do dispositivo constitucional assinalado que o teto remuneratório constitucional possui caráter absoluto, ainda que permitida a acumulação de cargos. Assim, as verbas recebidas pelo exercício de determinadas atividades devem ser somadas para fins de adequação ao limite imposto.

Importante consignar que na eventualidade de extrapolação do teto, o art. 17 do ADCT determina que *“os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título”*.

Outrossim, não se pode deixar de mencionar que o § 11º, do art. 37, da CF/88, institui que as parcelas de caráter indenizatório não se subsumem ao limite em questão.

Nesse diapasão, conclui-se que o recebimento de valores recebidos em razão da acumulação de cargo em comissão com proventos de aposentadoria é permitido pelo ordenamento jurídico pátrio, desde que observado o teto constitucional remuneratório, que no caso engloba a somatória das quantias.

Em análise correlata, o Tribunal de Contas da União admitiu a possibilidade do recebimento simultâneo de verbas oriundas da acumulação legítima de cargos, conforme se extrai do julgamento do processo TC-017.351/2005-2:

SUMÁRIO: CONSULTA. ACUMULAÇÃO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA COM OS SUBSÍDIOS DE DEPUTADO FEDERAL, POR MEMBRO DO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL APOSENTADO. CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE ATÉ O LIMITE DO TETO CONSTITUCIONAL.

Magistrado inativado, eleito membro do Congresso Nacional, poderá receber os proventos de aposentadoria cumulativamente

com os subsídios do cargo eletivo, respeitado o limite fixado, em espécie, para os subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Não é outro o entedimento deste Conselho, evidenciado no PP 1238, de relatoria do então Conselheiro Oscar Argollo, que concluiu pela possibilidade de *“cumulação de provento com subsídio, por cargo comissionado”*, respeitando, contudo, o teto remuneratório.

Do mesmo modo a Resolução nº 14 deste Conselho Nacional de Justiça, em seu art. 2º, letra “k”, limita expressamente o pagamento de qualquer valor acima do teto no que diz respeito a cumulação de proventos e remuneração. É bem verdade que a Resolução 42 abrandou o comando original, mas apenas no que diz respeito à pensão, mantida a restrição quanto aos proventos.

Não por acaso, esse sistema limitador é adotado pelo próprio Supremo Tribunal Federal, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Tribunal Superior do Trabalho, além de outros.

Compreende-se a angústia do administrador que se depara com o dever de limitar drasticamente a remuneração daquele que, depois de uma vida de serviços prestados e que possui experiências importantes, ainda pretende contribuir com a Administração Pública. Todavia, embora igualmente aplicável aos casos em que presente a boa-fé, a regra constitucional visou coibir abusos outros para os cofres públicos e resta plenamente aplicável.

Em razão do exposto, conheço da Consulta formulada e a respondo nos seguintes termos:

*É possível a cumulação de proventos da inatividade com a remuneração do cargo em comissão puro, limitando-se a remuneração das verbas somadas ao teto constitucional. Excetuam-se do limite do teto constitucional, na hipótese, as parcelas de natureza indenizatória.*

Após as intimações de praxe, arquivem-se os autos.

Brasília, 13 de setembro de 2011.

**Conselheiro JOSÉ LUCIO MUNHOZ**  
**Relator**